



Código de Rateio e Divisão de Ordens Café Consultoria e Gestão de Patrimônio

Agosto de 2024

Sumário

Capítulo 1 – Objetivo	3
Capítulo 2 – Aplicabilidade do Código de Regras, Procedimentos e Controles Internos ..3	
Capítulo 3 – Área Responsável	3
Capítulo 4 – Metodologia.....	4
4.1. Aspectos Gerais	4
4.2. Ordens Individuais	4
4.3. Ordens Agrupadas.....	5
4.4. Rateio de Ordens – Ações.....	6
4.5. Rateio de Ordens – Derivativos	6
4.6. Rateio de Ordens – Cotas de Classes	7
4.7. Rateio de Ordens – Ativos Ilíquidos	7
5. Transmissão das Ordens.....	7
6. Custos das Operações.....	7
7. Outras Regras para Mitigação de Conflitos de Interesses.....	8
7.1. Atuação da Gestora ou Colaboradores na Contraparte	8
7.2. Operações entre as Carteiras Administradas.....	9
7.3. Potenciais Conflitos de Interesses entre a Gestora e Sociedades Coligadas, Controladas ou do Mesmo Conglomerado / Grupo Econômico	10
7.4. Procedimentos de Controle e Revisão de Compliance	10
8. Erros de Trading.....	10
9. Custos das Operações	11
10. Disposições Gerais.....	11
ANEXO 1	12
Termo de Conhecimento do Código de Ética, Conduta Profissional, Políticas Internas e de Compliance	12

Capítulo 1 – Objetivo

Em consonância com a Resolução CVM nº 21/21, o presente Código de Rateio e Divisão de Ordens (“Código”) da Café (“Gestora”) tem como objetivo definir a metodologia de divisão de operações e ordens de negociação de ativos das carteiras de títulos, valores mobiliários e ativos financeiros administradas pela Gestora (“Carteiras Administradas”) sempre que a Gestora emitir ordens agrupadas, de forma a garantir que a alocação seja feita de forma justa e equitativa, proporcionando dessa forma tratamento equânime e igualitário entre as carteiras e, em última instância, entre os investidores que possuam recursos geridos por uma gestora.

Adicionalmente, a observância deste Código traz benefícios a todos os clientes, tendo em vista que assegura que os ganhos e prejuízos verificados na carteira de cada cliente decorram tão somente do exercício dos atos inerentes à gestão, e não de manipulação e/ou equívocos de procedimentos operacionais não relacionados às decisões de investimento. A Gestora, no cumprimento de seu dever fiduciário, preza pelo cumprimento estrito de suas obrigações para com seus clientes e sempre empregará seus melhores esforços para atingir tal finalidade.

Capítulo 2 – Aplicabilidade do Código de Regras, Procedimentos e Controles Internos

O presente Código de Rateio e Divisão de Ordens (“Código”), aplica-se compulsoriamente a todos os integrantes da Café (“Integrantes”) (“Café”). Os Integrantes, dentre os quais estão incluídos os sócios (“Sócios”), colaboradores, prestadores de serviço terceirizados, estagiários e qualquer outro profissional a serviço da Café, devem aderir a este Código. A adesão formal dos Integrantes a este Código se dará por meio de assinatura, na forma do modelo Termo de Conhecimento do Código de Rateio e Divisão de Ordens, constante no Anexo 1.

Ademais, toda a documentação relativa ao controle e monitoramento do rateio das ordens será armazenada por, no mínimo, 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Capítulo 3 – Área Responsável

O(A) responsável pelo presente código é o(a) Diretor(a) de Compliance, Risco e PLDFT, termo compliance aqui entendido como Gestão de Risco, Regras, Procedimentos e Controles Internos da Café.

Capítulo 4 – Metodologia

4.1. Aspectos Gerais

Nas negociações de ativos financeiros, a Gestora poderá definir antes de cada nova operação junto a corretoras ou distribuidoras de valores mobiliários a relação de proporção a ser alocada para cada Carteira Administrada (conta individual) ou, alternativamente, poderá realizar o agrupamento das ordens a serem lançadas ao mercado (conta Master da Gestora) e posteriormente o rateio das ordens efetivamente executadas, especificando as quantidades correspondentes a Carteira Administrada de acordo com os critérios ora definidos, bem como utilizando o preço médio das negociações para cada alocação.

A Gestora possui critérios equitativos para definição do preço médio. Não obstante, em algumas hipóteses, por condições alheias à vontade da Gestora, poderão ocorrer pequenas discrepâncias no preço médio, quando, por exemplo, a quantidade de ativos financeiros a ser alocada em uma Carteira Administrada não comportar a participação em todos os lotes operados no pregão daquele dia, sendo necessário que a Gestora opte pela alocação dentro do lote cujo valor financeiro esteja mais próximo do preço médio das negociações.

A Equipe de Gestão, sob a responsabilidade do Diretor de Gestão de Recursos, deverá fazer o controle e monitoramento contínuo, por meio do sistema interno, das ordens objeto de rateio.

4.2. Ordens Individuais

As ordens de compra e de venda de ativos podem ser realizadas em conjunto ou individualmente por beneficiário final.

A Gestora emite predominantemente ordens individuais, em observância às políticas de investimento previstas nos regulamentos e nos contratos de prestação de serviços das Carteiras

Administradas, uma vez que as Carteiras Administradas sob sua gestão possuem naturezas, características e estratégias diferentes.

Dessa forma, as ordens de compra e venda de ativos são expedidas em nome do cliente da Carteira Administrada, e raramente são emitidas ordens em grupo.

No caso de ofertas restritas de distribuição realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476/09, as ordens individuais de cada Carteira Administrada são colocadas, em conjunto, em nome da Gestora, na forma estabelecida no art. 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 476/09.

Caso a Gestora venha a emitir ordens agrupadas, a metodologia disposta nesta Política será utilizada, com o objetivo de definir critérios equitativos de divisão/rateio de operações sem prejuízo aos seus clientes.

4.3. Ordens Agrupadas

Em caso de ordens agrupadas, de modo a estabelecer um critério justo e equitativo de divisão de ordens entre Carteiras Administradas, a Gestora adotará os seguintes parâmetros para realizar a divisão:

- a) estratégia;
- b) tamanho do patrimônio líquido;
- c) percentual de exposição e liquidez;
- d) preço médio dos ativos negociados ao final do dia;
- e) perfil de risco e política de investimento prevista no regulamento; e
- f) prazo de vencimento e risco de crédito dos títulos privados.

Dentre os itens acima, a Gestora entende que o parâmetro preponderante para fins de divisão de ordem seria o preço médio da totalidade das ordens de todas as carteiras num mesmo dia e numa mesma corretora, para um mesmo ativo. Contudo, o critério do preço médio pode não ser aplicado quando:

- (i) As Carteira Administrada possuem serviço de custódia qualificada prestado por outra instituição: nesta situação o horário de envio das operações relativas às ordens de negociação pode ocorrer mais cedo devido ao horário estabelecido pelo custodiante. Assim sendo, o rateio poderá ser efetuado pela média dos preços verificada até o fechamento do envio das informações ao custodiante;

- (ii) A quantidade negociada for muito pequena: nesta situação, a alocação dos lotes pode apresentar impossibilidade matemática de alcançar o preço médio negociado ou resultar em lote fracionado (i.e. resultado, não é um número inteiro);
- (iii) O lote for indivisível: nesta situação não é possível realizar a divisão do lote e especificação pelo preço médio; e
- (iv) For necessário realizar o enquadramento ativo ou passivo de uma Classe.

Nesses casos, a Gestora realizará o rateio de acordo com os demais parâmetros acima mencionados.

A Gestora entende que, levando em consideração os fatores acima elencados, a divisão de ordens ocorrerá de forma justa e proporcional, evitando qualquer diferenciação indevida entre clientes em ordens agrupadas.

A Gestora preza sempre pela busca incessante do melhor benefício aos seus clientes, sendo terminantemente proibido o ganho de alguns clientes em detrimento de outros.

Caso a Gestora tenha que alterar a relação definidas para participar do rateio, deverá manter registro e justificativa desta alteração.

4.4. Rateio de Ordens – Ações

As ações que comporão o portfólio das Carteiras Administradas geridos pela Gestora são escolhidas pelo Diretor de Gestão. A estratégia de proporção de alocação é definida com antecedência. O Diretor de Gestão determina o tamanho das alocações em ações com base em dois critérios principais: (a) de acordo com análises fundamentalistas e econômicas, sempre considerando o preço corrente das ações; e (b) estratégia e perfil de cada uma das Carteira Administradas.

4.5. Rateio de Ordens – Derivativos

Estratégias envolvendo derivativos estão, na maioria dos casos, fundamentalmente relacionadas à proteção de patrimônio (hedging) e, portanto, são customizadas de acordo com a estratégia e perfil de cada uma das Carteiras Administradas.

4.6. Rateio de Ordens – Cotas de Classes

Carteiras Administradas que vierem a investir preponderantemente em outras Classes de investimento são geridos conforme suas políticas específicas. As ordens de compra e venda de Classes e/ou de Carteiras Administradas são realizadas com relação a cada um deles. As operações são especificadas por Classe ou por Carteiras Administradas em vista de seus perfis de aquisição, cronograma financeiro, e programação de liquidez. Ordinariamente, as oportunidades dentro de uma mesma oferta serão alocadas de forma proporcional entre as Carteiras Administradas.

4.7. Rateio de Ordens – Ativos Ilíquidos

Para as Carteiras Administradas que vierem a aplicar seus recursos em ativos considerados de natureza ilíquida, a Gestora adotará a seguinte prática: todas as ordens devem ser unitárias, indicadas individualmente para cada Classe.

Em nenhum caso a alocação de ordens será com base em quaisquer taxas, performance ou considerações diferentes dos interesses, não sendo permitida, em qualquer situação, a obtenção de vantagem de determinada Carteira Administrada em detrimento de outra, decorrente de uma divisão de ordens realizada deliberadamente de forma não equânime.

5. Transmissão das Ordens

Entende-se por Ordem o ato mediante o qual se determina que uma contraparte negocie ou registre operação com ativo financeiro e/ou valor mobiliário para carteira de investimentos dos fundos, ou na conta master, nas condições determinadas pelo gestor.

As Ordens poderão ser transmitidas por ligação telefônica gravada, ou por meio eletrônico rastreável (ex. plataformas de negociação).

6. Custos das Operações

Caso alguma ordem de compra ou venda transmitida pela Gestora, referente a um único ativo, venha a se relacionar a mais de Carteira Administrada, a Gestora deverá, após a execução das ordens transmitidas, também realizar o rateio dos custos envolvidos nas transações de forma proporcional (em quantidade e valor) em relação a cada um das respectivas Carteiras Administradas, de forma a não permitir o aferimento de qualquer vantagem por uma ou mais Carteiras Administradas em detrimento de outros.

7. Outras Regras para Mitigação de Conflitos de Interesses

7.1. Atuação da Gestora ou Colaboradores na Contraparte das Classes

Conforme disposto na Resolução CVM 21/21, em regra, é vedado à Gestora atuar como contraparte em operações sob sua gestão, salvo nas exceções abaixo:

- (i) quando se tratar de administração de Carteiras Administradas e houver autorização, prévia e por escrito, do cliente; e
- (ii) nos casos de Fundos/Classes, desde que tal previsão conste expressamente do regulamento do Fundo/demais documentos regulatórios aplicáveis.

Nesse sentido, anteriormente à realização de qualquer operação em que a Gestora ou qualquer Colaborador figure como contraparte, a Área de Compliance será responsável por assegurar que obteve o consentimento por escrito do cliente, ou, no caso de Classes, que há previsão expressa para tanto no respectivo documento regulatório. Além disso, a Área de Compliance deverá manter arquivo documentando as operações em que a Gestora ou Colaboradores tenham sido contraparte dos veículos de investimento, bem como das operações eventualmente realizada entre Classes, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos.

Além disso, as ordens relacionadas a carteiras de clientes devem ter prioridade em relação a ordens relacionadas aos “Integrantes” da Gestora, mitigando, dessa forma, o risco de conflito de interesses.

A Gestora não possui intermediários financeiros que sejam partes ligadas. Sem prejuízo, caso venha a ter ou contratar intermediários financeiros que sejam partes ligadas à Gestora para as operações das Classes, serão observadas as condições de “best execution” a fim de que o preço resultante das operações da Classe e as condições de prestação de serviço busquem atender o melhor interesse dos cotistas das Classes observadas as condições de mercado.

7.2. Operações entre as Classes e as Carteiras Administradas

No caso de Classes e Carteiras Administradas possuírem interesses opostos em um determinado ativo, as suas operações podem acabar se cruzando em ambiente de bolsa de valores e mercados de balcão, organizado e não organizado. A Gestora poderá realizar determinadas operações diretas em bolsa e nos mercados de balcão entre as Classes e Carteiras Administradas sob sua gestão.

Tais operações serão sempre a preço de mercado, entre o melhor preço de compra – BID- e o melhor preço de venda – ASK - e preferencialmente no leilão de fechamento, sem afetar o preço.

As operações diretas entre as Classes e/ou Carteiras Administradas serão monitoradas pela Área de Compliance, através de informações e comunicações fornecidas pela Área de Gestão, sendo que, para que a operação possa acontecer, ao menos um dos seguintes requisitos deve ser atendido pela contraparte que atue na ponta vendedora para assegurar que a situação não seja configurada como conflito de interesse:

- (i) A contraparte esteja desenquadrada por questões legais ou regulatórias, ou em relação ao seu regulamento ou diretrizes internas; ou
- (ii) A decisão de venda do ativo esteja embasada pela estratégia de investimento da carteira, formalizado pelo Diretor de Risco e Compliance.

Além dos requisitos elencados para a ponta vendedora, a contraparte que atue na ponta compradora somente poderá adquirir ativos que estejam de acordo com a estratégia de investimento da carteira, formalizado pelo Diretor de Risco e Compliance.

Toda e qualquer negociação de ativos entre carteiras de valores mobiliários geridas pela Gestora somente pode ocorrer após a informação ao Diretor de Risco e Compliance, que se dará por e-mail, incluindo o nome do ativo, a quantidade, o tipo da operação e os requisitos que são atendidos pelas contrapartes. As operações somente podem ser realizadas após esse informe.

As negociações não poderão dar rentabilidade desproporcional a uma carteira em detrimento de outra. Ademais, em caso de desenquadramento, o preço praticado não poderá ser inferior ao valor mínimo em que a carteira se reenquadraria.

A Área de Compliance deverá assegurar, sempre, que tais operações representem o melhor interesse de todos os clientes envolvidos, são consistentes com os objetivos e políticas de investimento de ambos os clientes, e, portanto, não ferem o dever fiduciário da Gestora, devendo tal operação cruzada se dar da forma mais equitativa possível e justa para ambas as partes.

7.3. Potenciais Conflitos de Interesses entre a Gestora e Sociedades Coligadas, Controladas ou do Mesmo Conglomerado / Grupo Econômico

A Gestora não exerce e não possui qualquer intenção de exercer qualquer outra atividade que não seja atuar no melhor interesse de seus clientes, por meio da administração de carteira de valores mobiliários com recursos de terceiros, ou prestando consultoria de valores mobiliários para investidores finais, razão pela qual as suas instalações físicas são adequadas para esse fim.

Tais atividades exigem credenciamento específico estão condicionadas a uma série de providências, dentre elas a segregação total de suas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários e de consultoria.

Caso a Gestora venha a atuar em outras áreas do mercado de capitais, a Gestora solicitará perante a CVM, sempre que exigido, o credenciamento próprio da atividade e procederá à alteração do seu objeto social.

7.4. Procedimentos de Controle e Revisão de Compliance

- I. O Diretor de Gestão fará ou instruirá o analista de Gestão sobre as posições a serem cruzadas.
- II. O analista ou Diretor de Gestão, assegurará que as posições sejam livremente negociáveis e não sujeitas a qualquer restrição.
- III. O analista de Gestão ou Gestor, instruirá a(s) corretor(as) e/ou custodiante(s) a cruzar os ativos ao preço de mercado (por exemplo, preço médio ponderado pelo volume, ponto médio entre o melhor lance e oferta atual etc.).
- IV. Quaisquer custos de transação serão divididos igualmente entre os clientes.]
- V. A Área de Compliance, Risco e PLDFT deverá manter arquivo segregado documentando as operações em que a Gestora ou qualquer Colaborador tenha sido contraparte das Classes, bem como as operações cruzadas, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos.

8. Erros de Trading

Com relação aos Colaboradores da Gestora, estes exercem suas atividades com todo cuidado e diligência que todo homem probo costuma tomar em decisões que possam impactar

negócios. Apesar disso, erros podem acontecer. Quando isso acontecer, o Diretor de Gestão de Recursos e o Diretor Compliance, Risco e PLDFT devem ser imediatamente reportados para que os possíveis impactos nas Carteiras Administradas possam ser analisados, buscando, ainda, corrigi-los com a maior celeridade possível, inclusive arcando com os custos e as perdas geradas pelo erro. Ademais, possíveis ganhos gerados pelo erro serão alocados igualmente entre as Carteiras Administradas.

9. Custos das Operações

Caso alguma ordem de compra ou venda transmitida pela Gestora, referente a um único ativo, venha a se relacionar a mais de uma Carteira Administrada, a Gestora deverá, após a execução das ordens transmitidas, também realizar o rateio dos custos envolvidos nas transações de forma proporcional (em quantidade e valor) em relação a cada um dos respectivas Carteiras Administradas, de forma a não permitir o aferimento de qualquer vantagem por uma ou mais Carteira Administrada em detrimento de outras.

10. Disposições Gerais

Em cumprimento à Resolução CVM 21/21, a presente Política está disponível no endereço eletrônico da Gestora: www.cafeinvest.com.br/compliance.

O monitoramento dos parâmetros de rateio e divisão de ordens é verificado periodicamente pela Área de Compliance, Risco e PLDFT da Gestora, sendo certo que quaisquer exceções devem ser devidamente documentadas pela Área de Compliance, Risco e PLDFT.

O presente Código deverá ser revisado em período anual ou sempre que necessário em virtude de alteração de critérios e/ou alteração de legislação.

Versão | Data

1.0 | 02/08/2024

2.0 | 01/08/2025

ANEXO 1

Termo de Conhecimento do Código de Ética, Conduta Profissional, Políticas Internas e de Compliance

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, órgão expedidor: _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, integrante da Café Consultoria e Gestão de Patrimônio:

Declaro que tenho conhecimento do Código de Ética, Conduta Profissional (“Código”), bem como das demais Políticas Internas e de Compliance da Café e que estou ciente e de acordo com o seu teor, o qual está diretamente ligado ao exercício de minhas funções.

De acordo com este termo, comprometo-me a:

1. Adotar e cumprir as diretrizes de ética, conduta profissional e Compliance aplicáveis e contidas neste Código, além da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, a Política de Suitability política de Negociação de Valores Mobiliários, Política de Rateio e Divisão de Ordens e demais Políticas Internas;
2. Zelar para que todas as normas éticas e legais sejam cumpridas por todos aqueles com quem são mantidas relações de cunho profissional;
3. Comunicar imediatamente ao responsável pelo Compliance qualquer violação de que eu venha a ter conhecimento, independentemente de qualquer juízo individual, materialidade ou relevância desta violação;

Estou ciente e concordo que meus acessos físicos, lógicos, de voz e de imagem podem ser objeto de monitoramento.

Tenho conhecimento de que o Diretor(a) de Compliance analisará as infrações ao Código, sugerindo as respectivas sanções, que poderão inclusive acarretar desligamento, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e criminal.

Desde já, aceito incondicionalmente atender e cumprir quaisquer novos itens e condições que possam vir a ser considerados partes integrantes do Código, sem a necessidade de apor assinatura em novo Termo, bem como, em caso de negligência ou imprudência na aplicação do Código, tenho total ciência da responsabilidade disciplinar que recairá sobre tal inobservância.

Nome



Local e Data